Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 491, de 2010, do Sr. Luiz Carlos Hauly e outros, que "acresce incisos ao art. 150, VI e art. 155, X da Constituição Federal" (proíbe a criação de imposto incidente sobre insumos agrícolas, pecuária, alimentos para o consumo humano e medicamentos), e apensadas - PEC491/10

**REQUERIMENTO Nº , DE 2014
(Do Sr. EURICO JUNIOR)**

Requer a realização de Audiência Pública, destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição de nº 491/2010 no que se refere a questão da desoneração dos agroquímicos.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 117 e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, reunião de audiência pública, em data a ser oportunamente designada por essa presidência, destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição de nº 491/2010 e as PEC's a ela apensadas, no que se refere à desoneração dos insumos agrícolas, fertilizantes e produtos agroquímicos e químicos destinados a produção de alimentos destinados ao consumo humano e à pecuária.

Para tanto, sugiro que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
- Representante da Confederação Nacional da Agricultura (Contag)
- Professor Wanderley Pignati (Universidade Federal de Mato Grosso)
- Representante da Receita Federal
- Representante da academia
- Sr. Rogério Pereira Dias - Coordenador de agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA),

JUSTIFICATIVA

A PEC 491/10 tem o mérito de sugerir a desoneração de tributos em alguns setores com objetivo de gerar uma redução nos preços dos alimentos. A desoneração proposta atinge os insumos, máquinas agrícolas e agroquímicos.

Nosso entendimento, porém, é de que devemos aprender com o passado para não repetir os mesmos erros. Neste sentido, não tem cabimento beneficiar a indústria agroquímica se já sabemos dos muitos danos à saúde e ao meio ambiente que seus produtos geram. Uma indústria que faturou R\$ 8 bilhões no país em 2013.

O Brasil, infelizmente, ostenta a marca de campeão mundial de consumo de agrotóxicos. Em 2013 foram lançados na terra cerca de 150 bilhões de litros de pesticidas. A bem da verdade, considerando que somente uma ínfima parte destes produtos fica na planta, não é exagero afirmar que o solo, as águas, as pessoas, o ar, receberam mais de 100 bilhões de litros de venenos.. Produtores e consumidores foram contaminados. O que nos leva à indagação: quanto isso custa ao serviço público de saúde? Estudo feito pelo economista Wagner Moura, do IBGE, diz que para cada 1 dólar investido em pesticidas a saúde pública gasta 1,28 no tratamento. Ou seja, somente com o tratamento de saúde dos contaminados por agrotóxicos o Brasil teria gasto mais de R\$ 10 bilhões. E quanto às pessoas que morrem devido à contaminação? Quanto custa uma vida? E quanto aos rios e lagos contaminados? Quem paga pelo passivo ambiental?

Nosso entendimento é de que não temos que beneficiar mais ainda esta indústria que espalha venenos pelo Brasil. Por outro lado, podemos contribuir para a produção de alimentos que dispensam o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, alimentos ricos e saudáveis – os orgânicos.

Considero uma obrigação do Estado incentivar a produção de alimentos que gerem renda para o agricultor, garantam a saúde de quem produz e de quem consome seus alimentos, não agrida ao meio ambiente. Estamos tratando da Agroecologia, ou agricultura orgânica. No passado diziam que era “coisa de românticos”. E nunca foi coisa de românticos, mas de quem acreditou que era possível produzir protegendo a natureza e livre da indústria de agroquímicos – uma meia dúzia de empresas transacionais que são as mesmas que dominam a produção de medicamentos.

A agroecologia no país é regulamentada pela Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Ela conta com o apoio formal e eficiente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No MAPA funciona há quase dez anos uma Câmara técnica de agroecologia. O site do MAPA orienta sobre o que e o que não pode se usar na agroecologia:

“Na agricultura orgânica não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos. O Brasil, em função de possuir diferentes tipos de solo e clima, uma biodiversidade incrível aliada a uma grande diversidade cultural, é sem

dúvida um dos países com maior potencial para o crescimento da produção orgânica”.

Os números revelam que a agroecologia não tem dono. Não há latifúndios dominando o setor. Cerca de 95% da produção de orgânicos hoje está nas pequenas médias propriedades; são 7 mil produtores em 10 mil propriedades.

Estima-se que as exportações de orgânicos em 2014 cresça 33% em relação ao ano passado. O mercado brasileiro deve movimentar R\$ 2 bilhões este ano. E deve crescer mais ainda. No Brasil, os grandes mercados colocam os produtos em gôndolas especializadas e a procura está sendo maior que a oferta. Isto ocorre num cenário em que somente 5% dos brasileiros conhecem os que são alimentos orgânicos. O que irá ocorrer quando eles se popularizarem? O Walmart, entre tantas outras empresas, percebeu isso. A maior cadeia de varejistas do mundo anunciou que irá lançar uma linha de orgânicos embalados com preços 25% menores do que anuncia a concorrência.

Nossa proposta de audiência pública tem por objetivo mostrar que devemos desonerar produtos que oneram os alimentos, mas apontando para a modernidade: vamos beneficiar a agroecologia por adotar métodos que protegem a saúde e o meio ambiente.

Sala das Comissões, em maio de 2014

Dep. EURICO JUNIOR

PV/RJ